



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO GOMES

Departamento de Licitações e Contratos

CONTRATO N° 034/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 037/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N° 032/2023
PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
PEDRO GOMES - MS, ATRAVÉS
DO FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE DE PEDRO GOMES - MS
E A EMPRESA NAÇÃO
CONCESSIONÁRIA DE
VEICULOS LTDA.

I- **CONTRATANTE:** **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO GOMES - MS**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ n° 10.693.916/0001-28, situado na Rua Minas Gerais, 392, centro neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. **SANDRA TEREZA BEDIN GARCIA**, brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob n° 110.771.918-63, residente e domiciliada à Rodovia Lauredano Mendes Fontoura, n° 651, nesta cidade de Pedro Gomes -MS, denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **NAÇÃO CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA**, empresa de Direito Privado, inscrito no CNPJ sob n° 21.496.407/0001-21, endereço eletrônico:licitacao@grupoenzo.com.br, com sede na Avenida Coronel Antonino, n° 1568, Bairro Coronel Antonino, CEP: 79.022-000, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, neste ato representada pelo **Sr. CARLOS EDUARDO NUNES DE MAMÃ FERNANDES**, brasileiro, casado, gerente comercial, portador do RG n° 912.305 SSP/MS e inscrito no CPF sob n° 861.343.611-00, residente e domiciliado na Rua Pedro Alvares Cabral, n° 73, Bairro Caiçara, CEP: 79.090-271, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, ora denominada **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com os termos do Edital de Pregão Eletrônico n° 007/2023, seus Anexos, nos termos da Lei Federal n° 10.520 de 17/07/2002, Leis Complementares n° 123 de 17/12/2006 e 147 de 07/08/2014, Decretos Federais n° 8.538 de 06/10/2015 e 10.024 de 20/09/2019, e, subsidiariamente, a Lei Federal n° 8.666 de 21/06/1993, e alterações posteriores, têm entre si, justo e acordado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PRAZO DE ENTREGA:

1.1. E em conformidade com solicitações anexas ao processo administrativo e especificações do Anexo I - Proposta, ETP.

1.2. O prazo de entrega será de (40) dias, contados da data da emissão da requisição de compras/empenho que será enviada a Fornecedora Beneficiária por e-mail, a entrega será por conta e risco da Fornecedora Beneficiária. (O prazo de entrega poderá ser prorrogado somente por 20 dias a contar do primeiro vencimento, desde que haja justificativa fundamentada por escrito da empresa contratada, sendo aceito e acatada a nova data para a entrega pelo Fiscal de contrato e pela Secretária Municipal de Saúde).

1.3. Local de Entrega: Prefeitura Municipal, situada à Rua Minas Gerais, n° 392, no horário das 07:00 horas às 13:00 horas, de segunda a sexta feira.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR: Valor Total R\$ 128.700,00 (cento e vinte e oito mil e setecentos reais).

Cronograma de Desembolso Recurso Federal Conforme Proposta 10693.916000/1210-03. R\$ 56.187,00 (cinquenta e seis mil e cento e oitenta e sete reais).

Valor da contrapartida R\$ 72.513,00 (setenta e dois mil e quinhentos e treze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de imediato a entrega e a Nota Fiscal, devidamente discriminada e atestada.

3.1. Havendo erro na Fatura/Fatura, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará bloqueada e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para o Município.

3.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com a Previdência Social, que se dará por meio de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

que a abrange inclusive as contribuições sociais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Certidão de Tributos Estaduais) emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente, regularidade com a Fazenda Municipal relativa ao domicílio ou sede da licitante.

3.4. A(s) empresa(s) que possuir (em) Certidão (ões) positiva(s) com Efeito Negativa (s) e que tiverem seus débitos parcelados deverá (ao) apresentar junto com a Certidão (ões) as Guias de Recolhimentos, devidamente quitada. (com a autenticação mecânica do pagamento).

3.5. A empresa poderá pedir reequilíbrio econômico financeiro.

CLÁUSULA QUARTA - CONTROLE DA EXECUÇÃO: A fiscalização será exercida pelo fiscal da Secretaria Municipal de Saúde, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

4.1 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) prestador (a) dos serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resulte de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

4.2 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização de defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses, contados da data da emissão da requisição de compras/empenho, poderá ser prorrogado conforme legislação vigente e demais alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Sem prejuízo das demais disposições deste contrato e dos termos do Processo, constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Não será aceito objeto que não atendam as especificações do Anexo I e demais anexos que fazem parte do processo, caso ocorra, o que não estiver dentro da conformidade, será desprezada;
- b) Incluir nos preços todas as despesas com encargos sociais, impostos e todos os demais encargos incidentes para a execução do contrato, inclusive o frete;

c) Deverá cumprir as demais cláusulas do presente instrumento contratual;

6.1. A Administração Pública poderá se recusar a receber o veículo licitado, caso este esteja em desacordo com a proposta oferecida no momento do Certame, circunstância esta que será devidamente registrada e que caracterizará a mora do adjudicatário.

6.2. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor.

6.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Município.

6.4. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, durante a execução do contrato.

6.5. Deverá entregar o veículo licenciado e emplacado em nome do Fundo Municipal de Saúde.

6.6. Efetuar a entrega do veículo em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, (garantia de fábrica).

6.7. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

6.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: Sem prejuízo das demais disposições deste contrato e dos termos do Processo, constituem obrigações do Município:

7.1. Efetuar o pagamento no valor referente ao equipamento entregue.

7.2. Exigir o cumprimento rigoroso de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato.

7.3. Designar o responsável pela fiscalização do contrato;

7.4. Fornecer, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quando solicitada, informações formais à CONTRATADA, tendo em vista orientá-la sobre quaisquer dúvidas surgidas durante a execução do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA: O presente contrato não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS: Além das disposições presentes neste instrumento contratual, fica dele fazendo parte integrante, a Proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DO CONTRATO: Poderá ter o reequilíbrio econômico financeiro, caso a empresa comprove que não tem condições de cumprir o contrato devido uma grande variação de preços no mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual pode ser operada:

11.1. Por ato unilateral e formal do Município, conforme os casos enumerados nos incisos I à XII e XVII à XVIII do art. 78 da Lei n° 8.666/93.

11.2. Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente contrato, manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

11.3. A inexecução total ou parcial deste contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer motivos enumerados no art. 78, e acarretará também as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES: O descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas na Lei n° 10.520/2002 e legislação complementar.

12.1. A CONTRATADA, em conformidade com o Art. 7° da Lei n° 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do Art. 4° da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:

Recusar-se, injustificadamente, a celebrar este Contrato, se convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.

12.1.1. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;

12.1.2. Ensejar o retardamento na execução do objeto deste Contrato;

12.1.3. Não mantiver a proposta, injustificadamente;

12.1.4. Falhar ou fraudar na execução do objeto deste Contrato;

12.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.6. Cometer fraude fiscal.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, bem como pelo descumprimento de normas de legislação pertinentes à execução do objeto contratual, o MUNICIPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666 de 21/06/93, sendo que em caso de multa, esta corresponderá à 10 % (dez por cento) do valor contratado.

12.3. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

12.4. Pela rescisão do contrato pela CONTRATADA, sem justo motivo, será aplicada a esta multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado.

12.5. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

12.6. Os valores apurados a título de multa serão retidos quando da realização do pagamento à CONTRATADA. Se estes forem insuficientes, poderão ser cobrados administrativa ou judicialmente após a notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas resultantes desta licitação correrão através da dotação orçamentária abaixo e a que vier a substituir:

020802 - *Fundo Municipal de Saúde - FMS*

10.301.0004.2030 - *Operação e Manutenção do Sistema Municipal de Saúde.*

44.90.52.52 - *Veículos de Tração Mecânica*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO CONTRATUAL: As partes elegem o Foro da Comarca de Pedro Gomes, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este TERMO DE CONTRATO, em 4 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Pedro Gomes - MS, 25 de Abril de 2023.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO GOMES - MS

CNPJ SOB N° 10.693.916/0001-28

CONTRATANTE

NAÇÃO CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ sob n° 21.496.407/0001-21

CONTRATADA

Testemunhas:

Luiz Carlos Ferreira Filho

CPF: 046.192.741-19

Jesiene Domiciano Pereira

CPF: 009.810.491-84